



1 — ATA DA 56^a SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, instituiu Plano de Custeio, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

SUMÁRIO

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1991 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.992/91, na Casa de origem), que reajuste valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$85.163.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consoli-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

dação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidente sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nº 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992 (nº 2.592/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1992 (nº 2.613/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1992 (nº 2.614/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1992 (nº 2.621/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1992 (nº 2.631/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior

do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992 (nº 2.615/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 1992, que dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1991, (nº 5.394/85, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991, (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interditada no país de origem. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1990, (nº 5.329/90, na Casa de origem), que cria junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1991, (nº 1.991/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Araguaína, Estado do Tocantins, e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990, (nº 1.854/89, na Casa de origem) que cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa valores de vencimentos, e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1983, (nº 8.509/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifícios. **Apreciação sobrerestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992, (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de juntas de Conciliação e Julgamento

nas regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991, (nº 4.064/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1991, (nº 1.049/91, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a profissão de Fotógrafo e Cinegrafista e de Técnico em Cinefotografia e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1992, (nº 1.353/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a complementação de aposentadoria do extinto Departamento de Correios e Telégrafos — DCT e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exer-

cício de 1993, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991, (nº 2.715/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a criação do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986, (nº 8.342/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso. **Apreciação sobrestada.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência.

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se quarta-feira, dia 2-12-92, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 56ª Sessão Conjunta, em 25 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Inocêncio Oliveira e Cunha Bueno

AS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Affonso Camargo — Albano Franco — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluísio Bezerra — Álvaro Pacheco — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Bello Parga — Beni Veras — César Dias — Cid Saboia de Carvalho — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Eva Blay — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Jossaphat Marinho — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marise — Juhy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenemberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Luiz Alberto — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Onofre Quinan — Pedro Simon — Pedro Teixeira — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotonio Vilela Filho — Valmir Campelo.

RORAIMA

AVENIR ROSA
JOÃO FAGUNDES

PDC
PMDB

JULIO CABRAL
MARCELO LUZ

BLOCO 2
BLOCO 2

AMAPÁ

AROLD GOES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
VALDENOR GUEDES

PDT
BLOCO 1
BLOCO 1
PMDB
PT
BLOCO 2

PARA'

ALACID NUNES
DOMINGOS JUVENIL
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMBRA
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA

BLOCO 1
PMDB
PDS
PDT
PMDB
BLOCO 1
PDS
BLOCO 2
PMDB
PMDB
PDS
PT

PAULO TITAN	PMDB	JOSE REINALDO	BLOCO 1
SOCORRO GOMES	PCdoB	NAN SOUZA	BLOCO 2
VALDIR GANZER	PT	PEDRO NOVAIS	PDC
		RICARDO MURAD	BLOCO 1
AMAZONAS		ROSEANA SARNEY	BLOCO 1
		SARNEY FILHO	BLOCO 1
ATILA LINS	BLOCO 1		
BETH AZIZE	PDT		CEARA
EULER RIBEIRO	PMDB		
EZIO FERREIRA	BLOCO 1	ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO 1
JOSE DUTRA	PMDB	ARIOSTO HOLANDA	PSB
PAUDERNEY AVELINO	PDC	CARLOS BENEVIDES	PMDB
RICARDO MORAES	PT	CARLOS VIRGILIO	PDS
		EDSON SILVA	PDT
RONDONIA		ERNANI VIANA	PSDB
		JACKSON PEREIRA	PSDB
ANTONIO MORIMOTO	BLOCO 1	JOSE LINHARES	PSDB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO 1	LUIZ GIRAO	PDT
NOBEL MOURA	BLOCO 2	LUIZ PONTES	PSDB
PASCOAL NOVAES	BLOCO 1	MARCO PENAFORTE	PSDB
RAQUEL CANDIDO	BLOCO 1	MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
REDITARIO CASSOL	BLOCO 2	MAURO SAMPAIO	PSDB
		MORONI TORGAN	PSDB
ACRE		ORLANDO BEZERRA	BLOCO 1
		PINHEIRO LANDIM	PMDB
ADELAIDE NERI	PMDB	SERGIO MACHADO	PSDB
CELIA MENDES	PDS	UBIRATAN AGUIAR	PMDB
JOAO MAIA	BLOCO 2	VICENTE FIALHO	BLOCO 1
JOAO TOTA	PDS		
MAURI SERGIO	PMDB		PIAUI
RONIVON SANTIAGO	BLOCO 1		
ZILA BEZERRA	PMDB	CIRO NOGUEIRA	BLOCO 1
		FELIPE MENDES	PDS
TOCANTINS		JESUS TAJRA	BLOCO 1
		JOAO HENRIQUE	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB	JOSE LUIZ MAIA	PDS
HAGAHUS ARAUJO	PMDB	MURILLO REZENDE	PMDB
LEOMAR QUINTANilha	PDC	MUSSA DEMES	BLOCO 1
OSVALDO REIS	BLOCO 2	PAES LANDIM	BLOCO 1
PAULO MOURAO	PDS	PAULO SILVA	PSDB
MARANHAO			RIO GRANDE DO NORTE
CESAR BANDEIRA	BLOCO 1	FERNANDO FREIRE	PDS
CID CARVALHO	PMDB	FLAVIO ROCHA	PL
COSTA FERREIRA	BLOCO 2	JOAO FAUSTINO	PSDB
DANIEL SILVA	PDS	NEY LOPES	BLOCO 1
FRANCISCO COELHO	PDC		
JAYME SANTANA	PSDB		PARAIBA
JOAO RODOLFO	PDS		
JOSE BURNETT	BLOCO 1	EFRAIM MORAIS	BLOCO 1
JOSE CARLOS SABOIA	PSB	EVALDO GONCALVES	BLOCO 1

IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	CLOVIS ASSIS	PDT
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	ERALDO TINOCO	BLOCO 1
JOSE MARANHAO	PMDB	FELIX MENDONCA	BLOCO 1
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO 1	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
VITAL DO REGO	PDT	GENEBALDO CORREIA	PMDB
ZUCA MOREIRA	PMDB	HAROLDO LIMA	PCdoB
PERNAMBUCO		JABES RIBEIRO	PSDB
		JAIRO CARNEIRO	BLOCO 1
		JAQUES WAGNER	PT
ALVARO RIBEIRO	PSB	JOAO ALMEIDA	PMDB
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB	JOAO ALVES	PDS
GILSON MACHADO	BLOCO 1	JOAO CARLOS BACELAR	S/P
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO 1	JORGE KHOURY	BLOCO 1
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO 1	JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO 1
JOSE MOURA	BLOCO 1	JOSE FALCAO	BLOCO 1
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO 1	LEUR LOMANTO	BLOCO 1
LUIZ PIAUHYLINO	PSB	LUIZ MOREIRA	BLOCO 1
MIGUEL ARRAES	PSB	LUIZ VIANA NETO	S/P
PEDRO CORREA	BLOCO 1	MANOEL CASTRO	BLOCO 1
RENILDO CALHEIROS	PCdoB	MARCOS MEDRADO	PDC
ROBERTO FRANCA	PSB	NESTOR DUARTE	PMDB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO 1	PEDRO IRUJO	BLOCO 1
SALATTIEL CARVALHO	BLOCO 2	PRISCO VIANA	PDS
SERGIO GUERRA	PSB	RIBEIRO TAVARES	PL
TONY GEL	BLOCO 1	SERGIO BRITO	PDC
WILSON CAMPOS	PMDB	SERGIO GAUDENZI	PDT
ALAGOAS		TOURINHO DANTAS	BLOCO 1
		UBALDO DANTAS	PSDB
		ULDURICO PINTO	PSB
		WALDIR PIRES	PDT
MINAS GERAIS			
ANTONIO HOLANDA	BLOCO 1	AECIO NEVES	PSDB
AUGUSTO FARIA	BLOCO 1	AGOSTINHO VALENTE	PT
CLETO FALCAO	S/P	ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
JOSE THOMAZ NONO	PMDB	ALVARO PEREIRA	PSDB
MENDONCA NETO	PDT	ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO 1
OLAVO CALHEIROS	PMDB	ARACELY DE PAULA	BLOCO 1
SERGIPE		ARMANDO COSTA	PMDB
		VELINO COSTA	PL
BENEDITO DE FIGUEIREDO	S/P	CAMILO MACHADO	BLOCO 1
CLEONANCIO FONSECA	BLOCO 1	CELIO DE CASTRO	PSE
DJENAL GONCALVES	PDS	EDMAR MOREIRA	BLOCO 1
EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO 1	ELIAS MURAD	PSDB
JERONIMO REIS	BLOCO 1	FELIPE NERI	PMDB
JOSE TELES	PDS	FERNANDO DINIZ	PMDB
MESSIAS GOIS	BLOCO 1	GENESIO BERNARDINO	PMDB
BAHIA		GETULIO NEIVA	PL
ALCIDES MODESTO	PT	HUMBERTO SOUTO	BLOCO 1
ANGELO MAGALHAES	BLOCO 1	IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS
BENITO GAMA	BLOCO 1	IRANI BARBOSA	PSD
BERALDO BOAVENTURA	PDT		

ISRAEL PINHEIRO	PRS	FRANCISCO SILVA	BLOCO 2
JOSE ALDO	PRS	JAIR BOLSONARO	PDC
JOSE BELATO	PMDB	JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JOSE GERALDO	PMDB	JOAO MENDES	BLOCO 1
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO 1	JOSE CARLOS COUTINHO	PDT
LEOPOLDO BESSONE	BLOCO 2	JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
LUIZ TADEU LEITE	PMDB	JUNOT ABI-RAMIA	PDT
MARCOS LIMA	PMDB	LAERTE BASTOS	PDT
MARIO DE OLIVEIRA	BLOCO 2	LAPROVITA VIEIRA	PMDB
MAURICIO CAMPOS	PL	LUTZ SALOMAO	PDT
NILMARIO MIRANDA	PT	MARINO CLINGER	PDT
ODELMO LEAO	BLOCO 1	MIRO TEIXEIRA	PDT
OSMANIO PEREIRA	PSDB	PAULO DE ALMEIDA	BLOCO 1
PAULO DELGADO	PT	PAULO PORTUGAL	PDT
PAULO HESLANDER	BLOCO 1	PAULO RAMOS	PDT
PAULO ROMANO	BLOCO 1	REGINA GORDILHO	S/P
SAULO COELHO	PSDB	ROBERTO CAMPOS	PDS
SERGIO NAYA	PMDB	ROBERTO JEFFERSON	BLOCO 1
TILDEN SANTIAGO	PT	RUBEM MEDINA	BLOCO 1
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	SANDRA CAVALCANTI	BLOCO 1
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO 1	SERGIO AROUCA	PCB
WILSON CUNHA	BLOCO 1	SERGIO CURY	PDT
ZAIRES REZENDE	PMDB	SIDNEY DE MIGUEL	PV
ESPIRITO SANTO		SIMAO SESSIM	BLOCO 1
ESPIRITO SANTO		VIVALDO BARBOSA	PDT
ESPIRITO SANTO		VLADIMIR PALMEIRA	PT
ESPIRITO SANTO		WANDA REIS	S/P
SAO PAULO			
ALOIZIO SANTOS	PDT	ALBERTO HADDAD	BLOCO 2
ELEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB	ALDO REBELO	PCdoB
JONES SANTOS NEVES	PL	ALOIZIO MERCADANTE	PT
JORIO DE BARROS	PMDB	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
NILTON BAIANO	PMDB	BETO MANSUR	PDT
PAULO HARTUNG	PSDB	CARDOSO ALVES	BLOCO 1
RITA CAMATA	PMDB	CARLOS NELSON	PMDB
ROBERTO VALADAO	PMDB	CUNHA BUENO	PDS
ROSE DE FREITAS	PSDB	DELFIN NETTO	PDS
RIO DE JANEIRO		DIOGO NOMURA	PL
ALDIR CABRAL	BLOCO 1	EDUARDO JORGE	PT
ALVARO VALLE	PL	ERNESTO GRADELLA	S/P
AMARAL NETTO	PDS	EUCLIDES MELLO	BLOCO 1
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO 1	FABIO FELDMANN	PSDB
ARTUR DA TAVOLA	PSDB	FABIO MEIRELLES	PDS
BENEDITA DA SILVA	PT	FLORESTAN FERNANDES	PT
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT	GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
CARLOS LUPI	PDT	HEITOR FRANCO	BLOCO 1
CARLOS SANTANA	PT	HELIO BICUDO	PT
CIDINHA CAMPOS	PDT	HELIO ROSAS	PMDB
CYRO GARCIA	PT	IRMA PASSONI	PT
EDUARDO MASCARENHAS	PDT	JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
FABIO RAUNHEITI	BLOCO 1		
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO 1		

JOSE CICOTE	PT	DELIO BRAZ	BLOCO 1
JOSE DIRCEU	PT	JOAO NATAL	PMDB
JOSE MARIA EYMAEL	PDC	LUIZ SOYER	PMDB
KOYU IHA	PSDB	MAURO MIRANDA	PMDB
LIBERATO CABOCLO	PDT	PEDRO ABRAO	BLOCO 2
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	ROBERTO BALESTRA	PDC
LUIZ GUSHIKEN	PT	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB	ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO 1
MALULY NETTO	BLOCO 1		
MANOEL MOREIRA	PMDB		MATO GROSSO DO SUL
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS		
MARCELO BARBIERI	PMDB	ELISIO CURVO	BLOCO 1
MAURICI MARIANO	PMDB	FLAVIO DERZI	BLOCO 1
MENDES BOTELHO	BLOCO 1	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO 1
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO 1	JOSE ELIAS	BLOCO 1
PAULO NOVAES	PMDB	MARILU GUIMARAES	BLOCO 1
PEDRO PAVAO	PDS	NEILSON TRAD	BLOCO 1
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB
ROBSON TUMA	PL		
SOLON BORGES DOS REIS	BLOCO 1		PARANA
TADASHI KURIKI	BLOCO 1		
TIDEI DE LIMA	PMDB	ANTONIO BARBARA	BLOCO 1
TUGA ANGERAMI	PSDB	ANTONIO UENO	BLOCO 1
VADAO GOMES	BLOCO 1	BASILIO VILLANI	PDS
VALDEMAR COSTA	PL	CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO 1
WALTER NORY	PMDB	CARLOS SCARPELINI	BLOCO 2
		DELCINO TAVARES	BLOCO 2
		EDESIO PASSOS	PT
		EDI SILIPRANDI	PDT
AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO 1	ELIO DALLA-VECHIA	PDT
JOAO TEIXEIRA	PL	FLAVIO ARNS	PSDB
JOAQUIM SUCENA	BLOCO 1	JONI VARISCO	PMDB
JONAS PINHEIRO	BLOCO 1	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO 1
JOSE AUGUSTO CURVO	PL	LUIZ CARLOS HAULY	BLOCO 2
RODRIGUES PALMA	BLOCO 1	MAX ROSENmann	BLOCO 1
WELINTON FAGUNDES	PL	MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
		OTTO CUNHA	BLOCO 1
		PAULO BERNARDO	PT
		PEDRO TONELLI	PT
DISTRITO FEDERAL		PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO 1
AUGUSTO CARVALHO	PCB	REINHOLD STEPHANES	BLOCO 1
BENEDITO DOMINGOS	BLOCO 2	RENATO JOHNSSON	S/P
CHICO VIGILANTE	PT	RUBENS BUENO	PSDB
MARIA LAURA	PT	SAID FERREIRA	PMDB
OSORIO ADRIANO	BLOCO 1	WERNER WANDERER	BLOCO 1
PAULO OCTAVIO	BLOCO 1		
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB		
			SANTA CATARINA
GOIAS			
ALANO DE FREITAS	PMDB	ANGELA AMIN	PDS
ANTONIO DE JESUS	PMDB	CESAR SOUZA	BLOCO 1
ANTONIO FALEIROS	PSDB	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
		DERCIO KNOP	PDT

EDUARDO MOREIRA
HUGO BIEHL
JARVIS GAIETASKI
LUCI CHOINACKI
LUIZ HENRIQUE
NELSON MONRO
NEUTO DE COSTA
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
RENATO VIANA
RUBERVAL PILOTO
VASCO FURLAN

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO
ADRCALDO STRECK
ADYLSON MOTTA
ALDO PINTO
ARMO MAGARIOS
CARLOS AZAMBUJA
CARRION JUNIOR
CELSO BERNARDI
EDEN PEDROSO
FETTER JUNIOR
GERMANO RIGOTTO
HILARIO BRAIN

PMDB
PDS
PL
PT
PMDB
BLOCO 1
PMDB
BLOCO 1
PMDB
PDS
PDS

PT
PSDB
PDS
PDT
BLOCO 1
PDS
PDT
PDS
PDT
PDS
PMDB
PMDB

IRSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
LUIIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENCA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
RAUL PONT
TELMO KIRST
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIONI
WILSON MULLER

PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PT
PDS
PDT
PDS
PDT

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — As listas de presença acusam o comparecimento de 70 Srs. Senadores e de 409 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

A Presidência determina que os Srs. Deputados iniciem o processo de votação dos vetos presidenciais através da cédula única, devidamente distribuída. Determina ainda que fique aberta a votação, para tentarmos atingir o quorum regimental.

É a seguinte a cédula distribuída:

MATERIA	VOTO
1 - Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. - art. 6º e seu parágrafo.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.01]
2 - Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991, que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. - art. 15.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [02.01]
3 - Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [03.00]
4 - Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991, que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.00]
5 - Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. - art. 40.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [05.01]
6 - Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. - art. 100.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.01]
7 - Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. - inciso VII do art. 22; - art. 23, caput; - § 1º do art. 23; - § 2º do art. 23; - § 1º do art. 45; - § 2º do art. 45.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.01] S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.02] S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.03] S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.04] S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.05] S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.06]

MATERIA	VOTO
8 - Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990, que dispõe sobre normas partidárias.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [08.00]
9 - Projeto de Lei da Câmara nº 36 , de 1991, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e dá outras providências.	
- inciso V do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [09.01]
- inciso VI do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [09.02]
- § 1º do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [09.03]
- caput do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [09.04]
- art. 7º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [09.05]
10 - Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.	
- art. 87;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [10.01]
- art. 88.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [10.02]
11 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.	
- § 2º do art. 1º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [11.01]
- parágrafo único do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [11.02]
- art. 13;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [11.03]
- art. 16.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [11.04]
12 - Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990, que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios .	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [12.00]
13 - Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991, que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do imposto de renda.	
- art. 2º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [13.01]
14 - Projeto de Lei nº 15, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 85.163.000,00 , para os fins que especifica.	
- art. 3º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [14.01]

MATERIA	VOTO
15 - Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991, que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. - art. 5º, alíneas "a", "b" e "c"; - art. 15.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [15.01] S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [15.02]
16 - Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991, que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. - art. 3º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [16.01]
17 - Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991, que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [17.00]
18 - Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [18.00]
19 - Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [19.00]
20 - Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.00]
21 - Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [21.00]
22 - Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [22.00]

MATERIA	VOTO
23 - Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [23.00]
24 - Projeto de Lei de Conversão nº 01, de 1992, que dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências.	
- art. 19º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [24.01]
25 - Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1991, que introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.	
- Redação dada pelo art. 1º do Projeto ao § 6º do art. 32 da Lei nº 4.886/65	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [25.01]
26 - Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991, que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interditada no país de origem.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [26.00]
27 - Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1990, que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	
- art. 4º	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [27.01]
28 - Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1991, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Araguaína, no Estado de Tocantins, e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [28.00]
29 - Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990, que cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa os valores de vencimentos, e dá outras providências.	
- § 1º do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.01]
- § 2º do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.02]
- § 3º do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.03]
- art. 3º, caput;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.04]
- § 1º do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.05]
- § 2º do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.06]
- § 3º do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.07]
- art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.08]
- art. 6º, caput;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.09]
- parágrafo único do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.10]
- parágrafo único do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.11]

MATERIA	VOTO
30 - Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1983, que dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [30.00]
31 - Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992, que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências.	
- inciso IX do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.01]
- inciso X do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.02]
- inciso XII do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.03]
- inciso XX do art. 3º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.04]
- inciso V do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.05]
- inciso IX do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.06]
- inciso XVIII do art. 5º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.07]
- inciso II da alínea "a" do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.08]
- inciso IV da alínea "a" do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.09]
- inciso V da alínea "a" do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.10]
- inciso III da alínea "b" do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.11]
- inciso II da alínea "a" do art. 8º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.12]
- inciso IV da alínea "a" do art. 8º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.13]
- inciso V do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.14]
- inciso II da alínea "c" do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.15]
- inciso III do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.16]
- inciso V do art. 12;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.17]
- inciso IX do art. 12;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.18]
- inciso III da alínea "a" do art. 13;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.19]
- inciso VI do art. 15;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.20]
- inciso XVI do art. 15;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.21]
- inciso XXV do art. 15;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.22]
- inciso IX do art. 18;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.23]
- inciso XXIV do art. 23;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.24]
- inciso XXIX do art. 23;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.25]
- inciso XXXV do art. 23;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.26]
- inciso LVI do art. 23;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.27]
- inciso XIII do art. 24;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.28]
- inciso XXIV do art. 24;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.29]
- inciso XXXIII do art. 25;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.30]

MATERIA	VOTO
31 - Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992, que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências. (continuação)	
- inciso II da alínea "a" do art. 26;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.31]
- inciso IV da alínea "a" do art. 26;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.32]
- inciso VII da alínea "a" do art. 26;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.33]
- inciso IV da alínea "b" do art. 26;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.34]
- inciso II da alínea "a" do art. 28;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.35]
- inciso VI da alínea "a" do art. 28;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.36]
- inciso VI do art. 29;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.37]
- inciso VI da alínea "c" do art. 30;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.38]
- inciso IX da alínea "a" do art. 31;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.39]
- inciso III da alínea "a" do art. 33;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.40]
- inciso XXXIII do art. 35;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.41]
- inciso L do art. 35;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.42]
- inciso XIV do art. 38;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.43]
- § 1º do art. 44.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.44]
32 - Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	
- art. 37 ;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.01]
- inciso I do art. 50;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.02]
- § 1º do art. 53;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.03]
- § 2º do art. 53;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.04]
- art. 75, caput ;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.05]
- art. 78, caput ;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.06]
- § 1º do art. 80;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.07]
- art. 89	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.08]
33 - Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1991, que dispõe sobre a profissão de Fotógrafo e Cinegrafista e de Técnico em Cinefotografia e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [33.00]
34 - Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1992, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria do extinto Departamento de Correios e Telégrafos - ECT e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [34.00]

MATERIA	VOTO
35 - Projeto de Lei nº 3, de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências.	
- parágrafo único do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.01]
- art. 51, caput;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.02]
- § 1º do art. 51;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.03]
- § 2º do art. 51.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.04]
36 - Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991, que dispõe sobre a criação e o lançamento do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [36.00]
37 - Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986, que acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [37.00]

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento de destaque. São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 246, DE 1992-CN

Sr. Presidente,

Requeremos destaque para votação em separado do voto apostado ao PL nº 27/92.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — Deputado **Eden Pedroso**.

REQUERIMENTO N° 247, DE 1992-CN

Sr. Presidente,

Requeremos destaque para votação em separado do voto apostado ao PL nº 127/91.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — Deputado **Eden Pedroso**.

REQUERIMENTO N° 248, DE 1992-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei nº 33/91 (nº 516/91-CD), que “dispõe sobre a competência da Sunab, altera a Lei Delegada nº 4, de 26-9-62, e dá outras providências”, constante do item 4, da pauta de hoje, para sua votação em separado.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — **Nelson Marquezelli**.

REQUERIMENTO N° 249, DE 1992-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, a exclusão da cédula única de votação, dos seguintes vetos:

1. Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1992:
— art. 19
2. Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1992.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — Deputado **José Serra**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 250, DE 1992-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, a exclusão da cédula única de votação, dos seguintes vetos:

1. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991:
— § 2º do art. 1º
2. Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991:
— art. 5º, alíneas a, b e c
3. Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991:
— art. 2º
4. Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991:
— art. 3º

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — Deputado **José Serra**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 251, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a retirada da pauta da Ordem do Dia das seguintes proposições:

- Item 12 — Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990.
- Item 17 — Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991.
- Item 18 — Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992.
- Item 19 — Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1992.
- Item 20 — Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1992.
- Item 21 — Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1992.
- Item 22 — Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1992.
- Item 23 — Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992.

Sala das sessões, 25 de novembro de 1992. — **Germano Rigotto**.

REQUERIMENTO N° 252, DE 1992-CN

Requeremos, nos termos regimentais, a retirada dos itens 4 e 17, respectivamente, dos Projetos de Lei nºs 33/91 e 127/91

da Câmara dos Deputados, constantes da cédula de votação de Votos Presidenciais.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — Assinaturas.

REQUERIMENTO N° 253, DE 1992-CN

Senhor Presidente.

Requeremos destaque para votação em separado do voto apostado ao art. 40 do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — **Eduardo Jorge**, Líder do PT

REQUERIMENTO N° 254, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeremos destaque para votação em separado do voto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — **Eduardo Jorge**, Líder do PT.

REQUERIMENTO N° 255, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeremos destaque para votação em separado do voto apostado ao art. 6º e seu parágrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — **Eduardo Jorge**, Líder do PT.

REQUERIMENTO N° 256, DE 1992-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei de Conversão nº 21/90, que “dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”, constante do item 1, da pauta de hoje, para sua votação em separado.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — **Nelson Marquezelli**.

REQUERIMENTO N° 257, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeremos destaque para votação em separado do voto apostado ao art. 100 do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1992. — **Eduardo Jorge**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — O Plenário fica informado de que, conforme acordo entre a Presidência do Congresso Nacional e as Lideranças das duas Casas, todos os destaques serão aceitos. Portanto, apesar de constarem da cédula, não farão parte da votação os seguintes itens: Projetos de Lei da Câmara N°s 27 e 127; Projeto de Lei de Conversão nº 1 (art. 19); Projeto de Lei nº 140 (art. 5º, alíneas a, b e c, e art. 15); Projeto de Lei nº 97, da Câmara (art. 2º) e Projeto de Lei nº 139, da Câmara (art. 3º).

Portanto, estas matérias estão excluídas.

A cédula deve ser preenchida corretamente. Não deverá conter qualquer sinal que a identifique, rasuras ou votos duplos, e será depositada em urna sobre a mesa, devendo o Congressista assinar a respectiva folha de votação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência também informa que foram retirados da pauta, segundo o Líder Genivaldo Correia, os Projetos de Lei da Câmara nº 92, 127, 11, 12, 13, 15, 16 e 14, constantes dos itens 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

Iniciamos o processo de votação. Portanto, está encerrada a fase de apresentação de destaques.

A Presidência pede aos Srs. Deputados presentes nas diversas dependências da Casa que compareçam imediatamente ao plenário, uma vez que estamos dando início à votação dos vetos presidenciais, através de cédula única.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, enquanto se desenvola o processo de votação, já que esta é uma sessão do Congresso Nacional, quero pedir a atenção dos Srs. Congressistas para o fato de que a Medida Provisória nº 310, editada e já publicada pelo Sr. Presidente da República, não está sendo cumprida pela direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A medida tem o objetivo de liberar recursos para que o Lloyd Brasileiro possa começar a funcionar, já que está com todos os navios parados. Entretanto, a direção do BNDES, mesmo já estando a medida provisória em vigor, não libera os recursos, ocasionando ao Lloyd Brasileiro uma perda mensal de quantias vultosas. Com o retardo na liberação desses recursos, o Lloyd já perdeu 900 mil dólares, podendo atingir, amanhã, um milhão de dólares.

É preciso que o Presidente do BNDES libere o dinheiro, para que a direção do Lloyd Brasileiro possa utilizá-lo e a empresa comece a funcionar.

Por outro lado, convém ressaltar que o Ministro dos Transportes, Deputado Alberto Goldman, determinou algo absurdo, que os navios do Lloyd regressassem do exterior vazios, isto é, sem carga. Se a empresa já está deficitária e com dificuldades, e se os navios estão no exterior, por que essa determinação de fazê-los retornar ao Brasil vazios, quando há carga a ser transportada?

Portanto, faço esta observação para conhecimento de todos os Srs. Congressistas, a fim de que a autoridade do Presidente da República não seja contestada exatamente pelo Presidente do BNDES, que foi nomeado por S. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Paulo Ramos, o Sr. Inocêncio Oliveira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pergunta aos Líderes partidários presentes se chegaram a arregimentar as suas bancadas para esta votação, que envolve vetos, havendo necessidade, portanto, do cumprimento da exigência constitucional.

A Presidência entende que mesmo com a fila formada à direita, o **quorum** ainda se apresenta reduzido para garantir a apreciação de matéria da maior relevância.

A Presidência esclarece aos presentes que o Senado Federal não votará na noite de hoje. Aguardará a manifestação da Câmara dos Deputados para saber se a matéria irá a votos no Senado ou não. Terá de haver a apuração dos votos dos Deputados para uma posterior decisão da outra Casa, se chamada a opinar. A apuração da cédula única se fará por computador.

A Presidência esclarece a todos que começa pela Câmara dos Deputados a votação dos vetos listados na cédula única distribuída aos Parlamentares. Somente após a apuração des-

ses votos é que o Senado Federal será ou não convocado a votar numa outra oportunidade. A apuração desses votos, repito, se fará por computador, nas próximas 24 ou 36 horas. O Centro de Processamento de Dados do Senado Federal se encarregará de proceder à computação.

Portanto, às categorias do Poder Judiciário, dos Correios e Telégrafos que aqui estão esperando a decisão do Congresso Nacional, esclareço que a decisão da noite de hoje, se ocorrer — é necessário **quorum** superior a 252 Srs. Parlamentares — será seguida da manifestação do Senado Federal, que numa outra data, conhecido o resultado de hoje, irá decidir sobre o voto do Sr. Presidente da República a essas matérias, de forma particular sobre o voto à matéria que interessa ao pessoal dos Correios e Telégrafos.

Hoje um grupo de servidores procurou as Lideranças e o próprio Presidente do Congresso para inteirar-se do trâmite desta proposição que, já há algum tempo aguarda a manifestação conclusiva do Congresso. Portanto, quero deixar clara esta dificuldade de ordem constitucional e regimental. Na sessão de hoje, se houver **quorum**, só se manifestará a Câmara dos Deputados. O Senado Federal o fará em outra oportunidade.

O SR. DEJANDIR DALPASQUALE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dejandir Dalpasquale.

O SR. DEJANDIR DALPASQUALE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aqui sou Deputado, mas na outra Casa V. Ex^a me chamou de Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Convivemos com V. Ex^a durante muito tempo naquela Casa e gostaríamos que lá estivesse representando o povo de Santa Catarina. Mas aqui, na Câmara dos Deputados, V. Ex^a desempenha com a mesma dignidade e maestria o seu mandato.

O SR. DEJANDIR DALPASQUALE — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de registrar aqui o meu reconhecimento ao Ministro da Agricultura, Deputado Lázaro Barbosa, por atender a uma solicitação do Estado de Santa Catarina, referente aos seus estoques de feijão. Como naquele Estado devemos começar a colheita da próxima safra dentro de quinze ou vinte dias, insistimos com o Ministro da Agricultura para que tomasse providência no sentido de movimentar o feijão que lá estava estocado.

Ontem, conversando com o ilustre Presidente do Banco do Brasil, Dr. Alcir Calliari, meu conterrâneo, S. S^a nos informou que, naquele momento, estavam sendo feitas as operações de transferência do feijão estocado no Estado de Santa Catarina para o Nordeste, e que o Governo deveria fazer a distribuição de cem mil toneladas do produto ao preço aproximado de 600 bilhões de cruzeiros.

Quero aqui agradecer ao Ministro da Agricultura, que, vendo a grandeza do problema, prontamente tomou as devidas providências. Também agradeço ao Presidente do Banco do Brasil, que imediatamente tomou as providências para que o feijão fosse transportado para o Nordeste, onde, na realidade, está faltando esse alimento que em Santa Catarina, felizmente, estava sobrando.

Era este o registro que queria fazer neste momento ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Casa registra a manifestação agora feita da tribuna pelo nobre Deputado Dejandir Dalpasquale.

O SR. ALDO PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a receita do Estado do Rio Grande do Sul foi de 180 milhões de dólares. Gastamos cerca de 20,6% na rolagem da dívida, o que corresponde a um valor aproximado de 36 milhões de dólares.

Num passado bem recente, tivemos oportunidade de participar do projeto que estabeleceu a rolagem da dívida dos Estados, mas, até hoje, ela não aconteceu. O prazo é até o dia 24 de dezembro de 1992, e estamos solicitando ao Ministro Gustavo Krause que o dilate em cinco ou seis meses, a fim de que seja viabilizada a rolagem das dívidas de todos os Estados da Federação.

Acreditamos que grande parte da responsabilidade por essa rolagem é única e exclusivamente do Poder Executivo, sobretudo das partes representadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que ainda não acertaram os valores das dívidas com os diversos clientes, representados pelos Estados da Federação.

Peço, Sr. Presidente, que o Ministro Gustavo Krause adote urgentemente providência no sentido de enviar esse projeto para que se possa viabilizar a rolagem das dívidas dos Estados brasileiros.

Para o Rio Grande do Sul isso representa muito, pois é inadmissível o alto percentual com o qual participa, o que está desgastando o Erário.

Solicito mais uma vez ao Ministro Gustavo Krause que nos envie com urgência o projeto que viabiliza a rolagem da dívida de todos os Estados da Federação.

O SR. CARLOS SANTANA — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaríamos de saber da Mesa se foi apresentado um requerimento de retirada do item 34 da cédula, se ele será mantido ou não.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Carlos Santana, esclareço que antes de assumir a Presidência algumas Lideranças partidárias peticionaram à Mesa a exclusão do item 34, devido ao baixo **quorum** registrado na Casa.

O nobre Líder Eden Pedrosa, do PDT, identificado que está com a causa do pessoal do extinto Departamento dos Correios e Telégrafos — e o Deputado José Serra lhe emprestou apoio — propôs que não se deixasse a matéria ser apreciada com **quorum** reduzido, o que poderia trazer prejuízos para aqueles que aguardam há quatro meses uma deliberação do Congresso. Com o **quorum** baixo, os Líderes sugeriram — e o Plenário aquiesceu — a exclusão dessa matéria, para que ela seja apreciada com **quorum** bastante elevado, a fim de não causar prejuízos aos servidores da prestigiosa e tradicional ECT. Por isso os Líderes José Serra e Eden Pedrosa

propuseram à Mesa a exclusão, da cédula, desse item referente aos Correios e Telégrafos.

É o esclarecimento que a Secretaria-Geral da Mesa presta aos presentes. Evidentemente sequer anunciamos a votação, se o **quorum** não atingir o número de 252 Parlamentares na Câmara dos Deputados, previsto na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Deputado Nelson Marquezelli pede também a exclusão do Projeto de Conversão nº 21/90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal. S. Ex^a, possuído do mesmo receio de que não haja **quorum**, pede a exclusão dessa matéria.

Srs. Deputados, há novos requerimentos para votação em separado. O Líder do PT requer votação em separado dos vetos apostos aos Projetos de Lei da Câmara nºs 34 e 48, ao art. 6º, e seu parágrafo, do Projeto de Lei de Conversão nº 21 e ao art. 100 do Projeto de Lei da Câmara nº 35. Sendo assim, 24 matérias já foram excluídas, o que reflete o estado de espírito dos Srs. Deputados.

O Sr. Germano Rigotto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a preocupação das Lideranças é que o número de Deputados presentes não seja suficiente para derrubar alguns vetos, o que, na opinião da maioria, precisa ser feito. E essa preocupação está externada nos requerimentos à Mesa. De qualquer forma, acredito que podemos alcançar ainda o **quorum** qualificado que permite a derrubada dos vetos.

Sr. Presidente, a adoção da cédula, no nosso modo de ver, é o melhor método para deliberarmos sobre esses vetos que há algum tempo estão tramitando no Congresso Nacional. Acredito que é procedente a preocupação de V. Ex^a de apresentar esta cédula aos Srs. Deputados e Senadores. São 24 exclusões, e teremos a possibilidade de apreciar cerca de 30 vetos. Se nesta sessão de hoje eliminarmos 30 vetos, já será um avanço. Independentemente de **quorum** alto ou não, teremos possibilidade de eliminar algumas dezenas de vetos.

Mas a preocupação das Lideranças, inclusive da do PMDB, é apenas com os funcionários dos Correios e Telégrafos, que estão desde anteontem mobilizados para que seja derrubado o voto à matéria a eles referente. Este voto e mais alguns devem ser derrubados. De forma alguma devem ser apreciados, se houver possibilidade de serem mantidos por falta de **quorum**. Por isso o PMDB está assinando a maior parte dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consulta as Lideranças partidárias sobre esse volume numeroso de destaques para votação em separado de matérias constantes da cédula única. Isso significa que há receio dos Srs. Deputados de que não se alcance **quorum**.

Quero deixar muito claro para os funcionários dos Correios e Telégrafos que estão nas galerias que os Deputados estão identificados com a causa da derrubada dos vetos. Para que não haja uma interpretação equivocada, diante desse volume de exclusões — já são 24 matérias excluídas — afirmo que uma preocupação domina todos os Deputados: não prejudicar os servidores dos Correios e Telégrafos, que agem de

a decisão do Plenário da Câmara dos Deputados. Na noite de hoje não vota o Senado Federal.

O Sr. Vital do Rêgo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (PDT — PB) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para solicitar aos Líderes que requereram a exclusão dessas matérias da maior relevância que retirem esses requerimentos. Diante do Deputado Roberto Magalhães, autor da emenda que beneficia o pessoal dos Correios e Telégrafos — e digo mal quando digo beneficia; di-lo-ei melhor: faz justiça ao pessoal dos Correios e Telégrafos — afirmo que corremos o risco, malgrado a altíssima competência de V. Ex^a para gerir este Plenário, de perder o **quorum** desta sessão do Congresso Nacional. Se isso ocorrer, não sabemos quando teremos oportunidade de recompor esse **quorum**, que nos parece suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Vital do Rêgo, a preocupação de todos é que, não se alcançando o **quorum** de pelo menos 370 Deputados, seja o resultado frustrante para a categoria. Os Líderes, vivenciando esse quadro, que é mais da Câmara do que do Senado Federal, têm condições de fazer uma avaliação do **quorum**. Talvez por isso tenha havido essa Valanche de solicitações. São 24 destaques.

O SR. VITAL DO RÊGO — Sr. Presidente, são dois destaques, apenas, relativos a vetos dos Correios. Apelamos para a Liderança na nossa bancada no sentido de que retire o pedido de destaque e sobretudo o requerimento de exclusão do voto da cédula, com a consciência de que a Casa está efetivamente determinada a derrubar esse voto. Assumimos esse risco embasados na certeza de que o Plenário do Congresso Nacional vai derrubar o voto e fazer justiça aos velhos servidores da extinta Empresa dos Correios e Telegráficos. (Palmas nas galerias.)

O Sr. Luiz Girão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT — CE) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ia exatamente pedir ao nosso Líder, Éden Pedroso, e aos demais Líderes que retirem o requerimento e também sugerir a V. Ex^a que mande acionar as campanhas e que se faça um levantamento dos Deputados presentes na Casa, para que, realmente, o **quorum** chegue a 400 Deputados e possamos derrubar os vetos do Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência informa às galerias que estamos vivendo um momento delicado. O desejo de votar é imenso, mas, sabem as lideranças das categorias que estão acompanhando de perto os nossos trabalhos — inclusive há uma numerosa representação do meu Estado — que há necessidade de pelo menos 340 Deputados para que a iniciativa tenha êxito. Sem isso, o resultado pode ser frustrante. É a explicação que me permito dar. Evidentemente, não direi qual seria o meu voto, já que a votação é secreta e o Senado não irá votar hoje. Mas os presentes podem estar certos de que minha intenção não é frustrar a categoria. (Palmas nas galerias.)

O Sr. Roberto Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (Bloco 1 — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os eminentes Líderes do PDT e do PSDB, que endereçaram requerimento à Mesa solicitando a exclusão do item 34 da cédula de votação, o qual se refere ao conhecido projeto da ETC, estão dispostos a retirar o pedido de destaque.

Todavia, levant a seguinte questão de ordem: pode permanecer o requerimento, com a condição de só ter validade se se configurar o número mínimo para a manutenção do voto? (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Roberto Magalhães, V. Ex^a é, sem dúvida, um jurista eminente. Todos nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e a própria sociedade civil, rendemos a V. Ex^a nossa homenagem pela sua competência e por seu talento.

Evidentemente, se não for alcançado o **quorum** de 252 Deputados, não será proclamado o resultado da votação dessa matéria nem das demais.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa dificuldade que estamos enfrentando para avaliar a possibilidade de um determinado voto ser derrubado está ligada ao fato de não termos uma visão clara do número de Deputados presentes no plenário.

Indago de V. Ex^a se não seria o caso — isso já ocorreu em outras oportunidades — de se ligar o painel para registro apenas da presença. (Palmas nas galerias.) Assim, saberemos se haverá ou não **quorum** adequado para se proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência considera extremamente sábia e prudente a manifestação do nobre Deputado Haroldo Lima, e atenderá ao requerimento de S. Ex^a (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Terá início o processo de verificação de presença. Vamos acionar o painel. Todos os Deputados, até mesmo os que estão nas filas, devem ocupar imediatamente seus lugares.

O Sr. Eden Pedroso — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDEN PEDROSO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, muitos Congressistas já votaram e já se retiraram. Portanto, estaremos diante de um problema sério, se for acionado o painel para verificação de presença.

Solicitamos destaque para o item 34, para proteger os interesses dos aposentados da Empresa de Correios e Telégrafos. Se não houvesse **quorum**, até o voto passaria. Nossa preocupação é essa. Se houver **quorum**, retiraremos nosso requerimento. O líder do PSDB, Deputado José Serra, também autorizou a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Eden Pedroso, o mesmo argumento que V. Ex^a apresenta agora poderia ser aplicado em relação àqueles que já votaram. Foi anunciada pelo Presidente Inocêncio Oliveira a exclusão do item 34. Então, como fica? Os Deputados já se retiraram; não poderão votar novamente. Não participarão da votação do item 34, porque foi anunciada a sua exclusão, em função do seu requerimento.

Como proceder? É essa a dúvida que permanece e que deve ser esclarecida da melhor forma possível, com a colaboração das Lideranças. Os Deputados que votaram já saíram, não podem ser computados para efeito de **quorum**. Muitos deles não votaram o item 34, em decorrência do requerimento das Lideranças do PDT e do PSDB. E agora, como proceder? A própria Mesa sente dificuldade para decidir e busca o concurso da lucidez, da experiência, do descritivo dos Srs. Parlamentares para chegar a uma solução. Já se procedeu à votação, com a anuência de que o item 34 estaria excluído. Os Deputados já saíram da fila de votação, porque já exerceram seu direito de voto. As cédulas não podem ser devolvidas. Como proceder?

O Sr. José Vicente Brizola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o processo de votação deve ser mantido como está. A Presidência deve divulgar, neste momento, o número de Deputados que já votaram. A verificação pelo painel é completamente improcedente, porque dará lugar à dúvida e à ambigüidade. O processo deve ser mantido como está, como foi estabelecido, e a Presidência deve divulgar, à medida que os votos forem sendo depositados na urna, o número de votantes, para que assim possamos conhecer o **quorum** que já temos.

O Sr. Ângelo Magalhães — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES (Bloco 1 — BA. Sem revisão do orador.) — O processo de votação está em andamento. V. Ex^a soma as listas e, se não houver **quorum**, encerra a votação, não proclama o resultado; se houver, prossegue a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — É uma sugestão que a Mesa examinará. Nesse caso, nobre Deputado Ângelo Magalhães, não se faria a verificação pelo painel?

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sem verificação pelo painel, só pela votação através das cédulas, como se faz neste momento.

A Presidência pede tranquilidade aos Srs. Deputados, porque estamos buscando a melhor solução, exatamente aquela que não inviabilize o **quorum** nem a pretensão dos integrantes da Empresa de Correios e Telégrafos. Essa é a posição delicada da Presidência como fiel cumpridora da letra regimental, desejando que a categoria daqui possa sair com a manifestação conclusiva do Congresso Nacional.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço um apelo aos Srs. Congressistas para que os aposentados dos Correios e Telégrafos aqui presentes não saiam, daqui simplesmente com a conclusão desse processo de votação, mas com a rejeição desse voto, para que —, aí, sim — esta Casa demonstre que realmente representa a sociedade brasileira e que vai fazer justiça a essa categoria. Que votem “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai tentar decidir. Peço calma aos Srs. Deputados e tranquilidade às galerias, a fim de que possamos decidir da melhor forma possível, sem invalidar a pretensão dos servidores da Empresa de Correios e Telégrafos.

A Presidência lembra a esses servidores que há necessidade de 252 votos “não” ao voto. É um **quorum** elevado. Vou, neste exato momento, proceder à verificação nas duas alas, como me pediu o Deputado Ângelo Magalhães, e aí anunciar-sei se há ou não perspectiva de se atingir o **quorum**.

Portanto, suspendo a votação por três minutos para essa avaliação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com a apuração feita pelo Secretário-Geral da Mesa, já exerceram o direito de voto 184 Srs. Parlamentares. É necessário, portanto, para aquela tranquilidade que os servidores da ECT entendem indispensável, de que votem mais 140 Srs. Parlamentares, pelo menos.

A Presidência pede àqueles que ainda não votaram que ergam o braço. (Pausa.)

O Sr. José Vicente Brizola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex^a não pode interromper um processo de votação. O processo de votação estava em curso e não pode ser interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado José Vicente Brizola, a grande preocupação da Mesa é conciliar todas as propostas da melhor forma possível. V. Ex^a, que acompanha a atuação da Presidência, haverá de ser testemunha viva dessa preocupação, sobretudo numa causa que hoje interessa realmente a todas as bancadas que assistem a luta dos servidores da ECT. Fique V. Ex^a tranquilo e saibam os interessados que o desejo da Mesa é de que a decisão ocorra.

Sinto que a decisão do Plenário, pela sua manifestação, é de que a votação tenha prosseguimento. Ela terá prosseguimento.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que mantenha as

campainhas acionadas para que possamos ter um **quorum** maior.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, atendendo ao apelo ao Deputado Paulo Ramos, fará acionar todas as campainhas.

Eu mesmo vou comandar esse processo. Passo a Presidência ao nobre Secretário da Mesa do Congresso Nacional e vou ao Presidente Ibsen Pinheiro pedir a S. Ex^a que faça acionar as campainhas da Câmara para possibilitar a presença de todos os Srs. Deputados no plenário, já que, em relação ao Senado, nada poderei fazer nesta sessão (Palmas nas galerias.) Se a matéria for submetida ao Senado, prometo aos Deputados e aos demais interessados que colocarei neste plenário senão todos os 81, pelo menos 75 Senadores.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cunha Bueno

O Sr. Nelson Marquezelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os partidos que compõem o Bloco Parlamentar nº 1 — PFL, PTB, PRN, PSC — recomendam aos Deputados, na votação do Projeto de Lei da Câmara nº 27/92, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria da extinta Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e dá outras providências, que se posicionem de acordo com os interesses dos funcionários da ECT.

O PTB apóia essa pretensão e espera por essa Presidência e pelos demais Deputados, para que possamos, nesta noite, corrigir um grande erro que foi cometido por esta Casa e pela Presidência da República. Esperamos que, definitivamente, possamos dizer “não” ao item 34 da Ordem do Dia.

“Não” ao item 34, é o que recomendamos a todos os Deputados da Casa.

O Sr. Vital do Rêgo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VITAL DO RÉGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se a Mesa do Congresso Nacional acolheu o requerimento dos Srs. Líderes Eden Pedroso e José Serra, de retirada da matéria. O Congresso Nacional, hoje, por unanimidade de sua vontade, precisa derrubar o voto presidencial ao item 34 da pauta, num ato de justiça reclamado pelos servidores da extinta ECT.

Queremos apenas saber, Sr. Presidente, se a Mesa acatou o requerimento do PDT e do PSDB, para que prossiga a votação. Foi esse o pedido feito pelo nobre Deputado Eden Pedroso, também em nome do nobre colega José Serra. V. Ex^a terá que deferi-lo, para que prossiga a votação, com a apreciação do voto ao item 34, que diz respeito aos interesses dos servidores da extinta ECT.

É esta a questão de ordem que formulei, sobre a qual guardamos a sobranceira, decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A Mesa vai decidir sobre o requerimento do Deputado José Serra. Entretanto, os que já votaram o fizeram antes do requerimento. Portanto, a Mesa vai decidir brevemente e, inclusive, convoca o nobre Deputado para vir aqui a fim de discutirmos o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (Bloco 1 — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos presenciando a inquestionável boa vontade da Mesa no sentido de fazer com que a causa dos funcionários dos Correios e Telégrafos seja vencedora.

Associamo-nos a esse desejo e transmitimos a informação do Deputado Roberto Magalhães, que há pouco dizia que aqueles que já votaram não a levaram em consideração, porque muitos dela não tomaram conhecimento.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de dar um reforço a essa decisão e dizer que o item 34 já foi votado pelo Congresso. Portanto, vamos derrubar o veto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra para alertar os colegas que o projeto dos Correios não é o de nº 34, mas, sim, o de nº 27. Prestem bem atenção, é o projeto de lei que dispõe sobre a complementação. Repito: Projeto de Lei nº 27, item 34, porque existe também o Projeto nº 34. É bom lembrar disso.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, através do Líder do Bloco 1, Deputado Nelson Marquezelli, foi feito um requerimento solicitando a exclusão da votação do item 4, que se refere ao Projeto nº 33, que trata das multas da Sunab aos mini e pequenos comerciantes.

Este projeto de lei, Sr. Presidente, ganhou aqui na Câmara dos Deputados o consenso dos Líderes dos partidos. Foi aprovado por unanimidade, o mesmo ocorrendo no Senado Federal. Entretanto, por um equívoco, o Vice-Presidente Itamar Franco, no exercício da Presidência, vetou esse projeto. Por isso as Lideranças da Câmara e do Senado pedem, conjuntamente, a retirada do item 4, que se refere ao Projeto nº 33. O Deputado Nelson Marquezelli também pediu a retirada desse projeto. Mas queria acrescentar que vamos fazer justiça aos pequenos comerciantes do País, os quais foram injustiçados pela Sunab, que aplicou multas altíssimas.

É um projeto de consenso aprovado nesta Casa e no Senado, por isso estamos pedindo mais uma vez a sua retirada, conforme requerimento que se encontra sobre a mesa.

O Sr. Ciro Nogueira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco 1 — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos lembrar que esse voto foi estabelecido pelo mesmo Presidente que foi afastado do Poder e que roubou não só os companheiros da ECT como também o conjunto dos aposentados do País, em relação aos 147%. Estamos aqui para derrubar esse voto. Os aposentados foram a vanguarda da luta em nosso País. Hoje, os companheiros da ECT demonstram que não deixaram a bandeira cair e não será este Congresso que vai permitir que

mais uma injustiça se perpetue contra os companheiros. (Palmas.)

O Sr. Vital do Rêgo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — V. Ex^a está com a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o plenário do Congresso Nacional e a sociedade civil, por uma das suas partes mais representativas, reconhecem o esforço que se faz aqui para restaurar um direito.

Sr. Presidente, a assessoria de V. Ex^a é absolutamente ímpar em correção. V. Ex^a já determinou uma primeira avaliação de **quorum**. Há uma dúvida em relação a quantos Deputados teriam votado, animados pela exclusão, em face do requerimento dos Deputados Éden Pedroso e José Serra.

Propomos a V. Ex^a, à guisa de questão de ordem, ou melhor, como uma reflexão de sua soberana decisão e do prudente arbítrio desta Presidência, que dentro de instantes proceda a uma reavaliação do **quorum** já obtido. Se essa reavaliação corresponder às expectativas, prosseguirão os requerimentos de desistência, se não prevalecerem os pedidos dos nobres Deputados Éden Pedroso e José Serra. É a reflexão que faço com absoluta consciência de que V. Ex^a atenderá, segundo o seu superior descritivo.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Agradeço a V. Ex^a a reflexão que apresenta à Mesa. Informo-o de que colho sua sugestão e, dentro de alguns instantes, faremos uma reavaliação, a fim de decidirmos a respeito da matéria.

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é visível a intenção de todos nós de derrubar o voto ao item nº 34. Evidentemente ele não está sendo votado, e, se está sendo votado, é visível o prejuízo causado pelo anúncio da retirada desse voto. Quero alertar V. Ex^a que vou entrar com um recurso junto à Mesa pedindo anulação da votação, caso seja derrotada a causa dos funcionários dos Correios e Telégrafos. (Palmas nas galerias.)

Sr. Presidente, estabeleceu-se aqui uma confusão que poderá causar prejuízos muito grandes à votação do item nº 34. Pergunto: ele foi retirado, ou não? Se não foi, é visível o prejuízo, pelo anúncio da retirada feito pelo então Presidente Inocêncio Oliveira. Alerto V. Ex^a porque até onde eu tiver força, vou entrar com recurso para anular a votação desse item e, diga-se de passagem, Sr. Presidente, que condescendemos e transigimos nesse método de votação, principalmente por estar incluído esse item na votação de hoje. Todos temos interesse em derrubar o voto ao item 34, ou seja, ao Projeto nº 27. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Deputado Adylson Motta, a preocupação de V. Ex^a é a mesma da Presidência da Casa, e o mecanismo encontrado na questão de ordem foi exatamente o de se preservar essa votação. Para tanto faremos uma reavaliação, dentro de alguns instantes, a fim de não prejudicarmos esta votação. Entendemos que se trata

do interesse majoritário, amplo, do Plenário na rejeição do voto à matéria referente aos Correios e Telégrafos.

Portanto, fique tranquilo V. Ex^a que, dentro do Regimento da Casa, encontraremos a melhor solução, na certeza de que não prejudicará o Projeto do Deputado Roberto Magalhães. Todos os que aqui, nesta noite, se encontram e vieram buscar refazer os seus direitos, que lamentavelmente foram vetados pelo Presidente afastado, estejam certos de que não ficarão prejudicados. (Palmas.)

A Sra. Irma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Pela ordem tem a palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

O SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, não estou colocando sob suspeita o modo de votar, mas solicito à Mesa que tome providências no sentido de determinar que alguém assinale e dê um visto nos nomes das pessoas que votam.

Algumas folhas estão soltas, nem sequer estão grampeadas, e não está enunciado, no cabeçalho da folha, de que se trata a votação. Trata-se de um sistema muito complicado, pois assinamos uma folha em branco.

Parece-me que o mínimo de providência é necessário para a lisura do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Posso tranquilizar a Deputada Irma Passoni: as folhas estão numeradas e as assinaturas estão rubricadas. Convoco a ilustre Deputada Irma Passoni para vir nos ajudar nessa tarefa. (Palmas.)

O Sr. João Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO TEIXEIRA (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ressalto o fato de que o Partido Liberal, o PL, desde ontem reunido, tomou a decisão, por unanimidade, de que os seus Deputados, iniciada a votação, acompanhariam uma cédula única deliberada pelo nosso Plenário. Graças a Deus, à abertura de votação, todos os Deputados do partido Liberal estiveram presentes neste plenário — o último acaba de votar — concluindo que toda a bancada veio dar seu voto aos ex-funcionários da ECT.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A Mesa agradece a V. Ex^a a posição do Partido Liberal nesta votação, como, aliás, sempre acontece nessas votações.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, espero que esta seja a última votação que a Mesa procede dessa maneira. Existe um painel eletrônico para agilizar a votação, exatamente para que possamos observar quem comparece a esta Casa. Fica muito fácil dizer que os Deputados compareceram, sem que seus nomes fiquem registrados no painel. É preciso que se faça o painel funcionar, a fim de que os próprios Deputados e toda a sociedade possam verificar quem compareceu a esta Casa para votar. Todos vêm à tribuna dizer que estão de acordo com

a derrubada do voto que prejudica os servidores da ECT. Eu também estou de acordo e votei pela derrubada do voto. Mas não basta vir aqui e dizer que está de acordo. Essa aflição de estar a toda hora contando os votos para ver se há **quorum** existe porque não há o número necessário de Parlamentares presentes no plenário. Se o painel eletrônico estivesse ligado e os Deputados tivessem comparecido, não haveria essa aflição e essa intransqüilidade que também se estende aos servidores da ECT e aos outros trabalhadores que estão prejudicados com esses votos “colloridos”, esses famasínes “colloridos” que ainda povoam esta Casa.

É importante que, daqui para a frente, o processo de votação seja realizado pelo sistema eletrônico, a fim de que não se afirme aqui que todos os Deputados estão presentes, quando muitas vezes não estão.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Eu tenho a certeza de que o Deputado Chico Vigilante fará à Liderança do seu partido esta sugestão que acaba de fazer à Mesa.

O sistema de votação em uso neste instante foi consenso das Lideranças partidárias que entenderam ser esta forma a mais rápida, a mais eficaz para se votar votos presidenciais.

Portanto, a Mesa registra a observação de V. Ex^a e espera que V. Ex^a possa determinar, através da Liderança do seu partido, a modificação desse sistema de votação previamente acordado.

O Sr. João Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO TEIXEIRA (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Gostaria de justificar que todos os Deputados estão assinando seus nomes na hora de votar. O PT costuma divulgar o nome de Deputados que votam contra ou a favor de várias matérias. Seria o caso de também publicar, depois, a relação dos Deputados ausentes. Pelo menos, o meu partido é organizado. Só está ausente o nosso grande Líder Ricardo Izar, que se encontra nos Estados Unidos, representando o Brasil. O PL compareceu em massa e votou “não” ao voto. (Palmas.)

O Sr. Robson Tuma — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBSON TUMA (PL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de ressaltar a importância do que disse o Deputado Chico Vigilante, para que nós, não só nesta Casa mas também lendo nos jornais, possamos saber quem esteve presente à votação e constatar se estiveram presentes Deputados de todos os partidos. Dessa forma, teríamos o controle de todos os Deputados do Partido dos Trabalhadores. Por isso, a observação feita pelo nobre Deputado Chico Vigilante é realmente muito importante, para que todos saibam quais os Deputados do PT comparecem a esta Casa.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, a minha sugestão foi no sentido de fiscalizar o comparecimento de todos, não estou me referindo a partidos, a Deputados, sejam eles do PT, do PSDB, do PL etc. Enfim, queremos saber quais os Deputados que vieram comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A Mesa não permitirá discussões paralelas.

O Sr. Vital do Rêgo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VITAL DO RÉGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a porque exerceu o poder de polícia, evitando que os partidos que estão trazendo apoio aos servidores do extinto ECT criem um problema absolutamente irrelevante.

Requeiro a V. Ex^a, neste instante, confiado no compromisso da Mesa, que proceda à reavaliação do **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Sr. Deputado, estamos fazendo a reavaliação, enquanto termina a votação.

O Sr. João Almeida — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB também está preocupado com o encaminhamento desta votação, pois para nós esta questão está fechada. O nosso partido já fechou questão quanto à derrubada do voto presidencial que prejudica os funcionários da ECT e tem uma grande preocupação quanto à condução desta sessão, no sentido de que não tenhamos um resultado inconveniente, diferente do que pretendemos, por conta do andamento que está sendo dado aos nossos trabalhos. De modo que queremos ratificar a posição do nobre Deputado Vital do Rêgo e solicitar a V. Ex^a a reavaliação, para podermos ter um resultado adequado e transparente nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A votação continua aberta. Estamos procedendo à reavaliação solicitada pelo nobre Deputado Vital do Rêgo, assumindo a Presidência compromisso com a questão de ordem que V. Ex^a levantou.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Como Presidente eventual dos trabalhos desta Casa, tenho que cumprimentar os funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos, porque conseguiram a unanimidade desta Casa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A Mesa apela para os Srs. Deputados no sentido de que compareçam ao plenário para votar. Ressalto que as filas já diminuíram, na verdade, quase acabaram.

Portanto, solicitamos aos Srs. Congressistas que ainda se encontram em seus gabinetes ou em reuniões de Lideranças que compareçam ao plenário. Trezentos e dois Srs. Parlamentares já depositaram os seus votos na urna, mas este ainda é um **quorum** arriscado. Por isso, estamos pedindo aos Srs. Deputados que ainda não votaram que o façam neste instante.

É com satisfação que vejo agora mais dois ilustres Deputados chegarem, elevando o nosso **quorum** para 305.

O Sr. Vital do Rego — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VITAL DO RÉGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço licença ao nobre Deputado e ex-Governador Roberto Magalhães, autor dessa extraordinária vocação de justiça representada contra o projeto vetado pelo Presidente afastado, para ponderar que, depois da manifestação de todas as Lideranças, todas elas confluíram para a derrubada do veto. Não vale a pena corrermos um risco que comprometeria definitivamente os anseios de uma categoria hoje levada às maiores amarguras por causa de injustiças que se tornaram crônicas, em face de tanta postergação. Estamos com um **quorum** baixo, especialmente pelo incidente parlamentar da anúncio da retirada de pauta do item 34. Nestes termos, peço ao nobre Líder Éden Pedroso que mantenha seu requerimento, a fim de que os funcionários do extinto Departamento de Correios e Telégrafos não corram o risco de perder a oportunidade de ver resgatada a grande injustiça cometida durante tanto tempo.

É a ponderação que faço, Sr. Presidente, louvado sobre tudo no compromisso público de derrubar o voto, assumido aqui por todas as Lideranças com assento no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Se há este assentimento e se lamentavelmente houve um incidente preliminar no início da reunião do Congresso, na tarde de hoje, para nós não vale a pena corrermos esse risco.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A Presidência convoca os Deputados Vital do Rego e Roberto Magalhães a virem até a Mesa. (Pausa.)

O Sr. Vital do Rego — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VITAL DO REGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este é um momento efetivamente parlamentar na vida do Congresso Nacional. Houve incidentes que mostraram à sociedade civil a força, a potestade, a majestade do Congresso, e sua dedicação à causa do povo.

Sr. Presidente, lamentavelmente diversos e sucessivos incidentes foram verificados no curso desta reunião. Começou o processo com o requerimento para preservar o interesse de quantos haviam se manifestado favoravelmente à derrubada do voto, de autoria do Sr. Deputado Éden Pedroso, subscrito pelo eminentíssimo Líder José Serra.

Sr. Presidente, chamo a atenção de V. Ex^a e de sua doutíssima assessoria, pois tenho imensa confiança nas assessorias do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, sobre tudo em quem dirige esta reunião.

Sr. Presidente, o incidente inicial desta votação — parece-me, menos como juristas do que como observador parlamentar — macula, vicia inarredável e inafasadamente tudo o que está aí. Deputados votaram pensando que estavam votando em todos os itens. Mas não estavam. Outros deixaram de votar, porque foi anunciada a retirada do item em tela, em face dos requerimentos.

Então, Sr. Presidente, proponho, com toda humildade, que V. Ex^a reflita sobre a nulidade de toda esta votação, que está comprometida por uma série de requerimentos conflitantes. Alguns requerimentos pediram a retirada da matéria de pauta, depois de instalado o processo de votação; outros pediram sua retirada de pauta, antes de instalado o processo de votação. Contudo, depois dessa retirada, houve desistência.

Então, Sr. Presidente, o que fazer, sobretudo depois desta demonstração de coesão parlamentar de todas as Lideranças em torno do item nº 34? V. Ex^a, num ato de extraordinário espírito democrático e fulgurante afirmação parlamentar, poderia declarar nula esta votação e convocar uma sessão do Congresso — quem sabe? — para outra oportunidade. Nada vou sugerir, porque sei que, no discernimento de V. Ex^a, estará ajuizado o momento oportuno de reunir o Congresso Nacional para dar sequência a esta pauta.

É esta a sugestão que fazemos, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. Robson Tuma — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem. Peço a V. Ex^a que seja breve, porque a Mesa vai tomar uma decisão.

O SR. ROBSON TUMA (PL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acredito que seria loucura cancelarmos toda a votação. Como é interesse de todos os Líderes a apreciação do item 34, sugiro a V. Ex^a que votemos todos os outros itens, com exceção do 34, como se tivesse havido um pedido de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — A Mesa entendeu a observação de V. Ex^a e o convida para discutir maiores detalhes.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero declarar que o meu Partido está de acordo com a proposta do Deputado Vital do Rego. E atrevo-me a fazer uma sugestão, já que S. Ex^a, na sua humildade, não o quis fazer.

Proponho que a sessão de votação desses vetos seja convocada pelo Congresso Nacional para a próxima quarta-feira, desde já anunciando a todos os Parlamentares que estará em pauta o voto ao projeto dos companheiros da ECT, para que então todos efetivamente se comprometam a comparecer e derrubá-lo.

Portanto, apoio a proposta do Deputado Vital do Rego e requeiro a nulidade de todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Agradeço a V. Ex^a, Deputado Chico Vigilante.

O Sr. Jairo Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. JAIRO CARNEIRO (Bloco 1 — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, louvando a iniciativa do nobre colega Vital do Rego, mas ciente de que há consenso e unanimidade nesta Casa em favor desses servidores, admitindo que houve vício em relação ao processo de votação do item 34, poderíamos fazer a apuração dos demais itens, porque, aí, já teríamos apreciado vinte e nove vetos. Votariamos apenas, em data a ser aprazada, o voto relativo ao item 34, porque haverá unanimidade nessa matéria. Assim, não perderíamos esse trabalho fastidioso de hoje.

O Sr. Vital do Rego — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VITAL DO REGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sem embargo da decisão de V. Ex^a e agredendo a manifestação solidária aos companheiros do Partido dos Trabalhadores, tenho a certeza de que essa é a expressão de todas as Lideranças com assento nesta Casa.

Outra vez, Sr. Presidente, exaltando o comportamento democrático de V. Ex^a quero dizer que me reservo o direito de recorrer de uma decisão que venha abalar a professada manifestação de todas as Lideranças em favor dos companheiros do extinto Departamento de Correios e Telégrafos.

Assim, Sr. Presidente, se V. Ex^a não anular toda a votação, vou recorrer, como já proclamou o Deputado Adylson Motta, porque acho que ela está escoimada de vício absolutamente irretocável.

O Sr. Robson Tuma — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBSON TUMA (PL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, após as explicações que a Mesa deu, o Partido Liberal aceita a proposta do nobre Deputado Vital do Rego.

A Sr^a Maria Laura — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SRA. MARIA LAURA (PT — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos de informar a esta Casa que temos dois ausentes: o Deputado José Genoíno, que está participando da assembléia da ONU como observador, e o Deputado Haroldo Sabóia, que está em missão oficial, representando a Câmara dos Deputados no Parlamento australiano.

Este é o meu registro. Gostaria de dizer que nossa bancada foi efetivamente mobilizada para estar aqui resgatando aquilo que já era um direito dos trabalhadores da ECT (palmas nas galerias) e que estaremos, em qualquer momento que seja, prontos para derrubar esse voto.

O Sr. Roberto Franca — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO FRANCA (PSB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a nos informasse quantos Deputados já votaram.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Já votaram 319 Srs. Deputados. Entretanto, a Mesa acolhe as manifestações dos vários partidos no plenário. Sem dúvida, essa votação sofreu vícios, e nós não podemos aceitar uma votação como a que ocorreu na tarde de hoje, principalmente em se tratando de matéria tão importante. Inclusive vários Deputados aqui

confessaram terem se equivocado na hora da votação. Portanto, para não causar prejuízos a terceiros, a Mesa anula esta votação, convocando, desde já, nova votação, para a próxima quarta-feira, às 11h da manhã. Estamos certos de que teremos não só um **quorum** muito superior a este, mas de que também faremos justiça aos funcionários dos Correios e Telégrafos nessa oportunidade.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Parabéns à Mesa, Sr. Presidente. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Bueno) — Está encerrada a sessão para votação na próxima quarta-feira, às 11h.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 42 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Ietacio Jansen*
O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvértidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*

Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*

A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*

A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*

A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*

Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Controle parlamentar da administração – *Odebreth Medauar*

Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*

O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*

Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*

A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel H. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M. Loza Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal – Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes. CEP 70160-900 Brasília. DF. Telefones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS